

Macroeconomia

Preços agrícolas e inflação

Rogério Mori*

UMA DAS grandes questões recentes da economia brasileira diz respeito ao comportamento da inflação. Basicamente, as preocupações em torno dessa variável macroeconômica remontam a vários elementos interligados, dentre os quais se destaca a perspectiva da política monetária nos próximos meses. Em outras palavras, a evolução da inflação e as suas perspectivas para 2008 determinarão, em boa medida, a trajetória da meta da taxa básica de juros – Selic – que será determinada pelo Banco Central nas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom).

Nesse contexto, o quadro da inflação em 2007 foi razoavelmente distinto daquele verificado no ano anterior. A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2006 ficou bem abaixo da meta para o ano, de 4,5%, o que viabilizou as reduções da meta da taxa Selic ao longo do período. Em 2007, o quadro da inflação mudou significativamente e a variação do IPCA subiu para 4,46%. Embora tenha se situado abaixo da meta de 4,5%, a dinâmica da evolução dos preços “acendeu a luz amarela” no Banco Central, que deixou de reduzir a taxa de juros e sinalizou para preocupações nessa direção.

Dentro desse contexto, cabe indagar quais os principais elementos associados à mudança na dinâmica da inflação em 2007. Sob essa ótica, a grande mudança que condicionou a evolução da inflação veio do lado do comportamento dos preços dos alimentos. De fato, a inversão dos preços dos alimentos pôde ser observa-

da tanto do lado dos preços no atacado quanto no do varejo.

Assim, a variação do Índice de Preços no Atacado (IPA-OG) dos produtos agrícolas em 2007, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), foi de 24,8%, tendo ainda mantido uma trajetória de alta no início deste ano, e ficando em 25,5% no acumulado de 12 meses terminados em janeiro de 2008. O resultado é um claro contraponto em relação à variação dos preços dos produtos industriais no atacado, que ficou em 4,4% no ano passado (vide tabela).

Índice de preços no atacado (IPA-OG)

	Preços Industriais [%]	Preços Agrícolas [%]
2003	6,91	4,55
2004	19,5	2,65
2005	0,88	-6,32
2006	3,46	6,92
2007	4,42	24,82

Fonte: FGV | Elaboração: FGV-EESP/Cemap

A situação na ponta do varejo também não foi muito distinta em 2007. Dos nove grupos de itens listados do IPCA, o grupo alimentação e bebidas foi o que registrou maior alta no ano passado, com variação de 10,8%, ficando bem acima da média dos demais. O quadro do início de 2008 não ficou muito diferente, com a variação dos preços desse grupo no acumulado de 12 meses terminados em janeiro, ficando em 11,5%.

É claro que os preços agrícolas, em geral, apresentam um caráter cíclico e que o

ciclo de alta recente iniciou-se com maior intensidade no segundo semestre de 2006. As dúvidas recentes, nesse contexto, sintetizam-se nas perspectivas da sua evolução mais adiante, uma vez que sua tônica determinará o quadro da taxa de juros no ano. Aparentemente, as indicações iniciais são de que o movimento pode arrefecer, e as expectativas de inflação para o ano parecem sinalizar nessa direção. Caso isso aconteça de fato, a trajetória da taxa de juros em 2008 poderá ser mais benigna que o esperado inicialmente.

Um ponto de destaque na dinâmica diz respeito ao fato de que a melhora nos preços agrícolas, sem dúvida, tem influenciado a recuperação da renda no setor. O reflexo disso pode ser observado no resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do setor agropecuário, que registrou crescimento acumulado até o terceiro trimestre de 2007 de 4,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Outros indicadores positivos vêm do lado da produção de bens de capital para a agricultura. Segundo o IBGE, a produção de bens de capital para fins agrícolas cresceu 48,3% no ano passado em relação a 2006, e a produção de bens de capital – peças agrícolas – cresceu 170,8% na mesma comparação. Esses resultados indicam uma clara melhora no setor em termos de desempenho global. Essa dinâmica deverá ser relativamente mantida em 2008, que se mostra com boas perspectivas para o setor. ■

* Professor e Coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (Cemap) da FGV-EESP

Exportações

Sétimo recorde consecutivo

MAIS UMA vez, mesmo a valorização do real ante o dólar não foi suficiente para evitar outro recorde nos números da balança comercial brasileira. Os embarques externos bateram em US\$ 160,6 bilhões, enquanto as compras no mercado internacional ficaram em US\$ 120,6 bilhões. Com isso, o saldo positivo chegou a US\$ 40 bilhões.

A contribuição do agronegócio para a conquista desse notável desempenho foi fundamental, com exportações de US\$ 58,4 bilhões, contra US\$ 49,4 bilhões em 2006. Quando se toma o superávit do agronegócio, com US\$ 49,7 bilhões, o setor supera a do próprio país, de US\$ 40,0 bilhões. O complexo soja continua a liderar o *ranking* da comercialização, mas

as carnes tiveram maior crescimento e se aproximam cada vez mais.

Entre os principais fatores responsáveis pelo resultado positivo do agronegócio, destaca-se o:

- Elevado crescimento da economia mundial registrado nos últimos cinco anos;
- O aquecimento na demanda por alimentos, principalmente na Ásia;

Brasil: exportações do agronegócio por bloco econômico (US\$ milhão)

Blocos	Exportação			Participação (%)	
	2.007	2.006	Var [%]	2.007	2.006
UE 27	20.891	15.941	31,1	35,8	32,3
Ásia (exclui Oriente Médio)	11.294	9.386	20,3	19,3	19,0
NAFTA	7.360	7.962	-7,6	12,6	16,1
Oriente Médio	4.722	4.148	13,8	8,1	8,4
Europa Oriental	4.284	4.096	4,6	7,3	8,3
África (exclui Oriente Médio)	3.801	3.434	10,7	6,5	6,9
ALADI (exclui MERCOSUL)	2.660	2.009	32,4	4,6	4,1
MERCOSUL	1.764	1.461	20,8	3,0	3,0
Demais da Europa Ocidental	632	519	21,8	1,1	1,1
Oceania	265	229	15,9	0,5	0,5
Demais da América latina	244	87	180,5	0,2	0,2

Fonte: Secex

Brasil: balança comercial do agronegócio (US\$ milhões)

Setores	2007			2006			Var [%]	
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação
Complexo soja	11.381	94	11.287	9.308	47	9.261	22,3	100,0
Carnes	11.295	183	11.112	8.641	130	8.511	30,7	40,5
Produtos florestais	8.819	1.942	6.877	7.880	1.630	6.250	11,9	19,1
Complexo sucroalcooleiro	6.578	0	6.578	7.772	0	7.771	-15,4	-
Café	3.891	2	3.889	3.363	1	3.362	15,7	100,0
Couros, peles e calçados	3.554	240	3.314	3.470	210	3.259	2,4	14,3
Sucos de fruta	2.374	11	2.363	1.569	7	1.562	51,3	57,1
Fumo e tabaco	2.262	42	2.220	1.751	20	1.721	29,2	110,0
Cereias, farinhas e preparações	2.219	2.333	-114	722	1.630	-908	207,3	43,1
Fibras e produtos têxteis	1.556	589	163	1.388	444	944	12,1	32,7
Frutas, nozes e castanhas	966	369	597	733	317	416	31,8	16,4
Outros	3.520	2.914	1.410	2.826	2.259	579	24,5	28,9
Total	58.415	8.719	49.696	49.423	6.695	42.728	18,2	30,2

Fonte: Secex

- O aumento dos preços internacionais de importantes *commodities*, entre elas as agrícolas;
- O ajuste na produção mundial de cereais e oleaginosas, em razão da crescente demanda por biocombustíveis.

O bom desempenho do setor de carnes decorre da forte demanda pelos países da Ásia e do Oriente Médio. O aquecimento da procura fez aumentar em 15,5% a quantidade exportada de carne, bem como os preços da carne bovina *in natura* (6%), do frango *in natura* (24%) e da carne suína (2,9%).

Vale ressaltar a recuperação das exportações da carne de frango em 2007, consequência do arrefecimento das vendas provocado pelos efeitos das ocorrências de gripe aviária na Ásia e Europa. O incremento das vendas externas da carne de frango foi de 44,3%, passando de US\$ 2,9 bilhões em 2006 para US\$ 4,2 bilhões no ano passado.

As exportações apresentaram taxas positivas de crescimento para praticamente todos os principais blocos econômicos, com exceção apenas do Nafta. A União Européia continuou na liderança, com

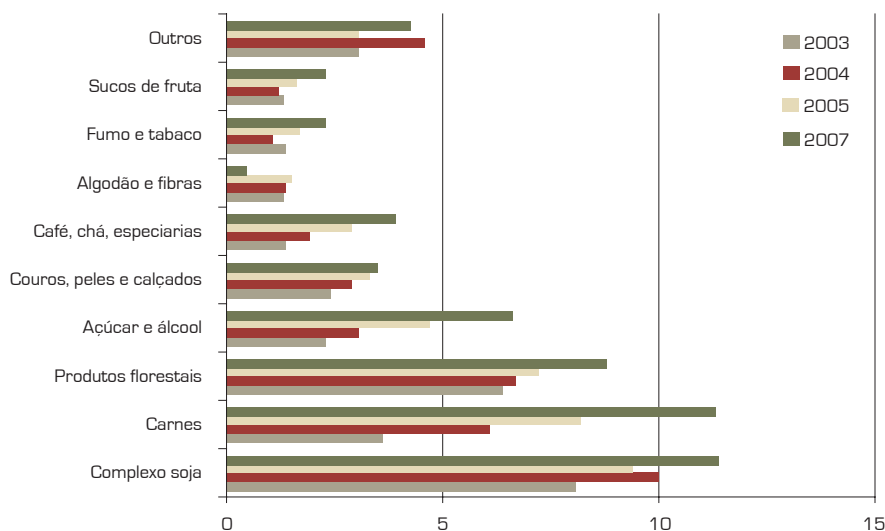
Expectativa para 2008

Um crescimento de 5% a 10% das exportações nacionais faz parte das previsões dentro de um cenário normal. Tudo dependerá da combinação da evolução da economia mundial, do comportamento dos preços das *commodities* e do grau de aversão a risco. Mudanças fortes nessas três variáveis afetam a trajetória do crescimento econômico e mudam a direção da política monetária. De acordo com a tendência dos últimos dois anos, as importações devem seguir mais fortes que as exportações, com a influência da apreciação do câmbio. Se as demandas dos Estados Unidos, da Europa e do Japão podem ter menor vigor, as da Ásia, em especial a da China, continuam a crescer. Isso, e mais o impacto dos biocombustíveis, dão sustentação para os preços das *commodities* agrícolas.

Para o agronegócio, pesam muito as condições climáticas na Região Centro-Sul, responsável pela maior parte de produção agropecuária brasileira. Em situação favorável, a colheita poderá ser recorde e fornecer mais excedentes de alimento e fibras para as exportações.

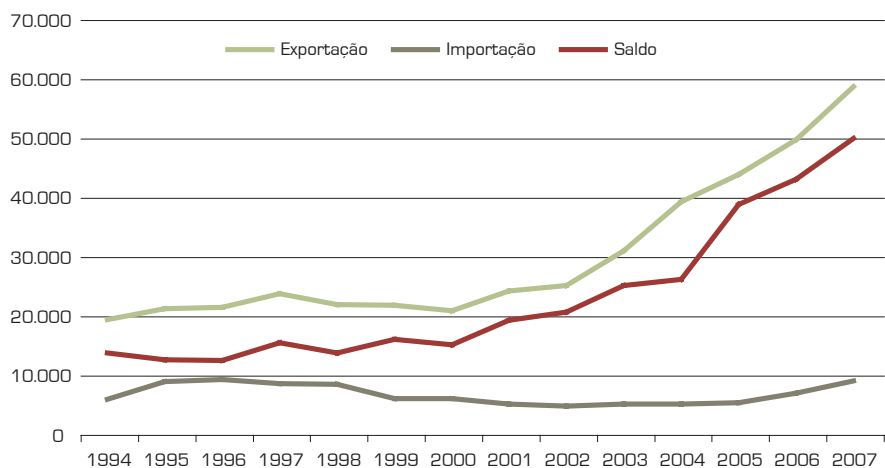
Existem dois riscos sensíveis. O primeiro, na área sanitária, já apareceu com o embargo da União Européia às carnes brasileiras. O outro diz respeito à questão do desmatamento, com pressão intensa do comércio internacional.

Brasil: exportação do agronegócio (US\$ bilhões)



Fonte: Secex

Brasil: balança comercial do agronegócio (US\$ milhões)



Fonte: Secex

uma participação de 35,8% das exportações totais do agronegócio. Quase a metade das exportações nacionais foi para os Estados Unidos, Países Baixos, China, Rússia, Itália e Alemanha.

No que se refere às importações em 2007, houve um incremento de 30,2% das exportações. O maior valor corresponde às aquisições de cereais, farinhas e preparações, sobretudo da cadeia produtiva do trigo, junto com a dos produtos florestais. ■

Safras 2007/08

Preocupações na retomada do campo

A CAMINHADA norte-americana rumo ao etanol e a demanda vigorosa nos países emergentes, com destaque mais evidente para a China, aqueceram os preços agrícolas nos maiores mercados mundiais a partir do final de 2006. Isso determina alterações nos humores do setor de grãos da agricultura brasileira, com a expectativa de bons negócios em 2008.

Embora o cenário seja promissor, com a projeção de manutenção da renda das lavouras diante dos mercados valorizados, novos avanços nas exportações e no PIB do agronegócio, alguns pontos são fontes de preocupação dos produtores, tais como câmbio, custo, logística e endividamento.

A safra 2007/08 pode ser a segunda colheita consecutiva produzida e comercializada com rentabilidade favorável. Uma previsão positiva. Porém, existem duas constatações que merecem uma apreciação toda especial: o aumento nos custos de produção puxados pela impressionante subida nos preços dos fertilizantes e a continuidade do dólar fraco ante o real.

Mesmo com a tensão internacional com a crise imobiliária nos Estados Unidos, o mercado acena que a curva do dólar não sofrerá uma mudança significativa até meados do segundo semestre, quando a maior parcela da produção já estará vendida. As operações de vendas antecipadas, principalmente em grande velocidade da soja no Brasil Central, contam bastante do lado positivo.

Se a estabilidade na economia prevalece, o câmbio ganhou enorme valorização nos últimos anos e afeta o resultado da agricultura. Os produtores brasileiros ficaram prejudicados não só na comer-

cialização do produto, mas também pela diferença entre a cotação da moeda americana no momento da definição da aquisição dos insumos.

Desde a safra 2003/04 se assiste a um enfraquecimento do dólar. Na temporada 2006/07, o valor médio do dólar no terceiro trimestre de 2006 era de R\$ 2,18, e no segundo trimestre de 2007, R\$ 1,98.

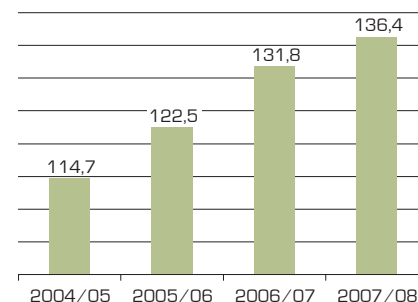
Normalmente, as compras de insumos para emprego na safra de verão concentram-se no terceiro trimestre, e as vendas ficam mais intensivas no segundo trimestre do ano posterior.

O câmbio exige do produtor uma atenção maior com relação aos preços dos insumos e das *commodities*. Neste ano, poderá repetir-se essa variação, ainda mais se o País conquistar o esperado "grau de investimento". Na safra passada, ambos tiveram movimento de alta acima da queda do dólar. O resultado foi positivo para o agronegócio e ruim para a inflação, pela pressão dos alimentos. Este ano o quadro parece repetir-se. Os preços dos contratos futuros de soja, milho e trigo estão em patamares elevados.

Longe dos portos, a produção do Centro-Oeste padece com maiores custos para comprar o adubo e escoar a colheita. A safra robusta deste ano e o atraso do plantio da soja encurtarão o período da colheita, com maior pressão no sistema de transporte. Outros fatores contribuem para essa tendência, como a alta do petróleo, a adição do biodiesel e o conseqüente aumento no custo do diesel, e a resolução do Conselho Nacional de Trânsito que trata da aferição de peso do veículo (limite de peso).

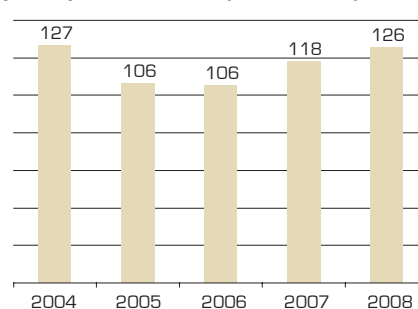
Segundo o MAPA, a renda agrícola deve aumentar 6,3%, com receitas de R\$

Brasil: produção de grãos (milhões de toneladas)



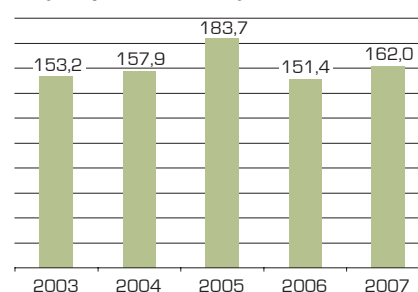
Fonte: Conab

Brasil: renda agrícola das 20 principais culturas (R\$ bilhões)



Fonte: MAPA

Frete: Sorriso, MT a Paranaguá, PR (R\$ por tonelada)



Fonte: Sifreca/Log/Esalq

125,6 bilhões em 2008, diante de R\$ 118,1 bilhões em 2007, quando subiu 12% em relação ao ano anterior. Praticamente todo o setor agrícola demonstra fôlego para investir. As expectativas para o ano são de demanda mundial firme por grãos e com preços bem elevados.

Como grande ônus a ser carregado, pesa nos ombros do setor produtivo o enorme passivo das dívidas, envolvendo R\$ 87,5 bilhões. O fio da meada vem de operações realizadas há até duas décadas. Ao considerar-se o custeio da presente safra, o valor remonta a R\$ 130 bilhões. ■

Carne bovina

Embargo
na UE

EM DEZEMBRO último, o Comitê Executivo da União Européia examinou as conclusões da missão veterinária enviada ao Brasil, em outubro, para avaliar o controle sanitário da carne exportada para o mercado europeu. Com base na identificação de deficiências no Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina (Sisbov), o parecer alegava a falta de condições do País para controlar o surto de febre aftosa.

O Brasil já havia sido avisado em dezembro de 2007 que, a partir de 31 de janeiro deste ano, a importação de carne bovina seria suspensa caso o produto não fosse exclusivamente proveniente dos 300 pastos selecionados pelo bloco. O impacto foi forte, pois cerca de 10 mil fazendas exportavam para o bloco. É bom lembrar que, desde 2005, os estados do Paraná, de São Paulo e Mato Grosso do Sul sofrem embargo total.

Em comunicado, a Secretaria de Defesa Agropecuária, órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que cuida do assunto, considerou a medida injustificada à luz dos problemas identificados no sistema de ras-

Brasil: registro de ERAs

Estado	Quantidade
Goiás	2.651
Minas Gerais	1.710
Mato Grosso	1.793
Rio Grande do Sul	470
Espírito Santo	40
Santa Catarina	32
Outros	41
Total	6.737

Fonte: Sisbov

treabilidade e a ausência de risco à saúde humana e animal.

A limitação reduziu em 87% o potencial de exportação. Se tomarmos uma fazenda média com 5 mil bois, em 300 fazendas teríamos 1,5 milhão de animais. Em 2006, foram abatidos 2,7 milhões de bovinos para atender à demanda européia. Assim, apenas 40% do consumo poderiam ser atendidos.

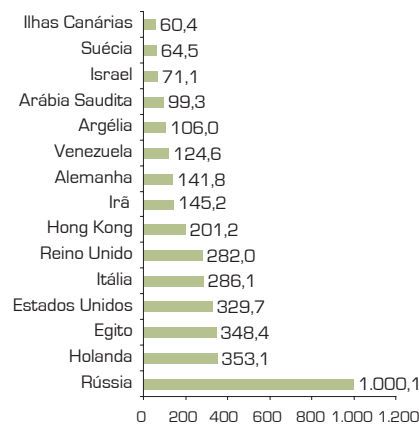
Nos estados autorizados a exportar para a UE existem 6.737 propriedades (ERAs – estabelecimento rurais aprovados) registrados no Sisbov. Em 25 de janeiro, o MAPA divulgou para as suas Superintendências Federais de Agricultura uma lista preliminar com a relação de 739 propriedades rurais habilitadas. O número deveria aumentar à medida que as auditorias fossem se desenvolvendo. A Confederação Nacional da Agricultura é a favor da habilitação de todos os ERAs.

No final de janeiro, o Brasil foi surpreendido com a suspensão dos embarques de carne bovina *in natura* para os países membros da UE. O bloco europeu atribuiu a medida à insuficiência de garantias sanitárias e de qualidade da carne brasileira.

Do ponto de vista técnico, a carne bovina brasileira não entrará na UE porque nenhuma fazenda nacional estará cadastrada no sistema europeu. Os registros envolvem dados históricos sobre a vida do animal, como, por exemplo, a data de nascimento e de abate, alimentação e manejo, bem como o local da criação e de trânsito, dentre outros.

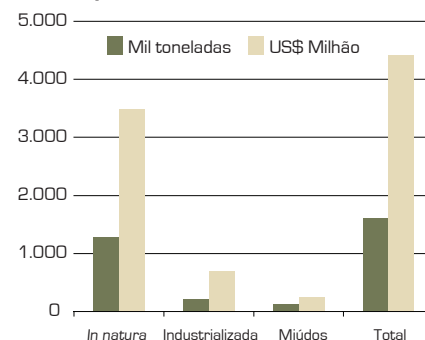
A dúvida que permeia o setor cárneo é identificar se as alegações européias têm fundamento técnico ou se dizem respeito

Brasil: exportação de carne bovina em 2007 (US\$ milhão)



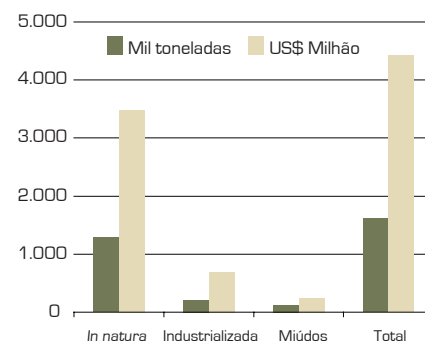
Fonte: Abiec

Brasil: exportação de carne bovina para UE em 2007



Fonte: Abiec

Brasil: exportação de carne bovina em 2007



Fonte: Abiec

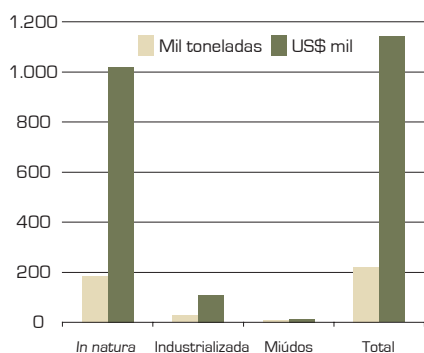
à falta de competitividade de alguns países da UE, especialmente a Irlanda, cujo elevado custo de produção inviabiliza a atividade. A Associação de Fazendeiros da Irlanda pressiona Bruxelas, sede do Comitê Executivo do bloco, a não aceitar qualquer proposta que passe de 3% do total de fazendas brasileiras.

A suspensão das importações é temporária, mas, para ser levantada, cada uma das propriedades ERAs presentes na lista das autoridades brasileiras será alvo de uma minuciosa inspeção e de verificação da documentação legal. Há mais de 70 anos o Brasil exporta carne bovina *in natura* para países da UE, sem registro de qualquer problema de saúde pública ou animal associado a tais produtos.

O governo brasileiro decidiu refazer a lista preliminar de 2.681 propriedades oferecidas à UE como fornecedoras de carne bovina aprovadas pelo Sisbov. Os dirigentes estaduais resistem a uma redução drástica no número de propriedades aprovadas por temerem reações negativas, seja da UE, como dos pecuaristas brasileiros. Em todas as propriedades há informações completas.

O MAPA enviará os relatórios de auditoria individuais dos ERAs, solicitados pela UE, para reavaliar a suspensão da importação de carne bovina brasileira. Está prevista para o final deste mês a vinda de uma delegação europeia para inspecionar o sistema de rastreabilidade adotado pelo serviço oficial brasileiro. No entanto, serão auditadas apenas 300

Brasil: participação da UE nas exportações de carne bovina (%)



Fonte: Abiec

Equívocos no sistema

No final da década passada, como reação à escalada nos casos de BSE, sigla em inglês para a encefalopatia espongiforme bovina, o “mal da vaca louca”, as autoridades sanitárias da UE tiveram muito desgaste e adotaram uma série de medidas mais rigorosas nos assuntos pertinentes à segurança dos alimentos.

Na criação animal, as fazendas passaram a coletar e a manter registros sobre toda a lida com o animal mediante a identificação individual do gado, em geral feita por meio de códigos impressos em brincos plásticos. O trabalho abrange desde a alimentação dos rebanhos, passando pelo tratamento com medicamentos, até a transferência de propriedades.

No Brasil, o processo começou com a criação do Sisbov, em janeiro de 2002. Foi elaborado um cronograma para adesão ao programa. O sistema passou por diversas mudanças e sempre foi controverso nos elos da cadeia produtiva. No início, o programa era obrigatório, mas o pecuarista não recebia nenhuma remuneração especial. Noutro momento, as certificadoras ficaram responsáveis pela identificação animal e pela venda do brinco, que agora está proibida.

Mudanças na regra do jogo e improvisações ao longo do tempo arranharam a imagem do Sisbov. As auditorias da UE apontaram irregularidades. Existe falta de coordenação entre os estados e a federação. Diante das ameaças externas, no segundo semestre de 2007, o governo criou os Estabelecimentos Rurais Aprovados (ERAs) no Sisbov, com o rastreamento dos animais a partir do período da desmama ou, no máximo, até dez meses de idade. Os produtores só podem comprar bois fora da propriedade até dezembro de 2008. Depois, apenas gado rastreado. Existem 14 milhões de animais registrados na base do Sisbov.

fazendas, selecionadas pelo serviço sanitário da Comissão Europeia. Segundo o governo brasileiro, os critérios adotados para a seleção das propriedades a serem fiscalizadas ainda não foram definidos.

O Brasil é o principal exportador mundial de carne bovina, com mais de 2,3 milhões de toneladas em equivalente carcaça por ano (US\$ 4,5 bilhões em 2007). Esses números representam, aproximadamente, um terço do total da produção mundial. A importância brasileira nas transações internacionais de carne bovina aumenta a cada ano. De 1998 a 2006, a participação do País no total de carne comercializada no mundo passou de 4,80% para 25,90%.

O embargo da UE à carne brasileira poderá reduzir em US\$ 180 milhões a receita das exportações brasileiras, segundo a Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec). O cálculo considera o prazo de 60 dias para a duração do embargo. Os exportadores nacio-

nais deverão procurar mercados alternativos. O Brasil vende carne para mais de 170 países.

Outra alternativa consiste em pressionar um pouco mais em relação à remessa de carne industrializada para a União Europeia, que não foi banida, e, dessa forma, aguardar uma negociação favorável, seguindo os preceitos escritos na Organização Internacional de Saúde Animal (OIE), de que o bloco também é signatário.

O Itamaraty divulgou nota, em que manifesta ao encarregado de negócios da UE a inconformidade do governo brasileiro com a decisão do bloco de suspender as importações de carne do Brasil. A nota diz que a CE não considerou a lista de fazendas feita por meio de auditoria pelo MAPA e que efetivamente cumprem as exigências europeias no que se refere ao controle sanitário. Como alguns países seguem os padrões europeus, a abertura do mercado da UE é importante para o Brasil. ■